



COMARCA DE GOIÂNIA
NAJEC - Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis

FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

Prioridade:	<input type="checkbox"/> () Maior de 60 Anos	<input type="checkbox"/> () Grávida	<input type="checkbox"/> () Doença Grave
	<input type="checkbox"/> () PNE	<input type="checkbox"/> () Tutela Provisória de Urgência	
Reclamação apresentada por:			
Nome:			
Estado Civil:		Nacionalidade:	
RG:	Órgão Exp:	Data Emissão:	
CPF:		Profissão:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
Estado:		CEP:	
Fone:		E-mail:	

O(s) autor(es) acima qualificado(s), vem à presença de V. Exa. propor a presente:

AÇÃO DE DESPEJO PARA USO PRÓPRIO <i>Fundamento Legal: Art. 3º, III, da Lei 9.099/95 c/c Art. 47, III, da Lei 8.245/91</i>
Reclamado:
Nome:
CPF/CNPJ:
Endereço:
CEP:
Fone:

I – DADOS SOBRE A LOCAÇÃO
Problemas Encontrados
Descrição do Imóvel:
Tentativa de recebimento amigavelmente:
Notificação Extrajudicial para Desocupação:
Enquadramento ao Art. 47, III, da Lei 8.245/91: <i>(EX.: Uso próprio ou de ascendente ou descendente do único imóvel que a pessoa possui)</i>

II – FATOS RECLAMADOS (CIRCUNSTÂNCIAS)

III – DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (NCPC 300 *caput*)

Em razão da existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, conforme os fatos ora narrados, a(s) parte(s) reclamante(s) requer(em) seja concedida liminarmente, a tutela provisória de urgência, de forma “*inaudita altera pars*”, ou após contraditório prévio (NCPC 300 §2º) para:

1. (X) Seja concedida **LIMINARMENTE** a ordem de **desocupação do imóvel** locado em 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 59, § 1º, da Lei nº 8.245/91.

2. () Proceder a consulta, via Sistema **BACENJUD ou RENAJUD ou INFOJUD**, dos dados qualificadores da parte reclamada, em razão do que preceitua o NCPC 319 §1º, ademais a parte reclamante já esvaiu todas as possibilidades extrajudiciais de tentar localizar os dados da parte reclamada.

3. () Outros:

Sob pena de multa diária, a ser arbitrada por V. Exa., por desobediência, bem como mantendo o fornecimento/prestação/obrigação de fazer ou não fazer até o final da demanda.

IV – PEDIDO DO RECLAMANTE

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

1. (X) Seja(m) a(s) ré(s) citada(s) na forma da lei para, no prazo legal, oferecer(em) sua contestação, sob pena de ser tidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial;

2. (X) Inversão do ônus da prova;

3. () Pagar o valor do débito no valor de R\$, devidamente atualizado e acrescido de juros legais desde o inadimplemento **(01/01/0000)**;

4. () Proceder a consulta, em **caráter liminar**, via Sistema **BACENJUD ou RENAJUD ou INFOJUD**, dos dados qualificadores da parte reclamada, em razão do que preceitua o NCPC 319 §1º, ademais a parte reclamante já esvaiu todas as possibilidades extrajudiciais de tentar localizar os dados da parte reclamada.

5. (X) Seja deferido o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.

6. () Informações complementares/Outro tipo de pedido:

V – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Lista dos documentos comprobatórios que possui:

- 1)
- 2)
- 3)

VI – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- CPF;
- RG;
- Comprovante de endereço;

Valor da Causa: R\$ *

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura

**Limite: Valor máximo (sem assistência de advogado): 20 (vinte) salários mínimos – R\$18.740,00 (2017).*

TERMO DE RESPONSABILIDADE e CIÊNCIA:

O reclamante DECLARA que:

- 1) Todas as informações da petição inicial são de **minha inteira responsabilidade**, sendo certo que o **resultado do processo depende da comprovação dos fatos e do convencimento do juiz**.
- 2) As informações e os documentos contidos na inicial foram livremente fornecidas por mim, e a causa de pedir, objeto da reclamação, é de minha **opção pessoal e de livre espontaneidade**.
- 3) O **não comparecimento à(s) audiência(s) acarretará a extinção do processo**, bem como a **condenação ao pagamento de custas judiciais**, salvo se for acatada como falta de justo motivo mediante a apresentação de prova justificada da ausência, conforme art. 51, I da Lei nº 9.099/95.
- 4) Foi advertida que, embora nas causas de até 20 (vinte) salários mínimos a ação possa ser proposta pessoalmente, sem advogado, **é conveniente e recomendável que a pessoa esteja sempre assistida por advogado, principalmente quando a parte ré estiver acompanhada de advogado ou se tratar de pessoa jurídica ou firma individual**, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, da Lei nº 9.099/95.
- 5) Nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.099/95*, **declaro que aceito receber intimações em um dos telefones** acima informados.

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura